



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS - COT/DIREX/PF**

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL INTERNACIONAL

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem como finalidade, eventual aquisição de sistema automatizado para treinamento de tiro em ambiente fechado, composto por subsistema de para-balas, por subsistemas de alvos móveis e rotativos automatizados, por subsistema de alvos portáteis e por subsistema de defletores balísticos nas paredes e no teto, com proteção antirricochete e acústica, projetados em conjunto para garantir o direcionamento ou aprisionamento dos projéteis no final do estande, solução a ser montada em espaço designado especificamente para essa instalação, no novo edifício sede do COT/DIREX/PF, conforme especificações e quantidades constantes neste termo de referência, para atender às necessidades do Comando de Operações Táticas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus Anexos:

1.1.1. A solução, a ser fornecida por uma única empresa, deverá ter nível de proteção balística capaz de suportar práticas de tiro com munições de armas de fogo de calibres 7,62mm FMJ (Winchester 308), equivalente ao nível de proteção balística nível III, de acordo com a norma NIJ STANDARD 0101.03 e incluir os seguintes subsistemas: subsistema de para-balas cobrindo os 13 metros de largura do estande; subsistema de defletor balístico de teto em chapa de aço balístico com dureza mínima de 500 Brinell, com proteção acústica em toda a extensão e largura do estande, cobrindo desde o início do salão até o para-balas; subsistema de proteção balística antirricochete das paredes, com proteção acústica, do piso até os defletores do teto, desde o início do salão até o para-balas; subsistema de alvos fixos que giram 90° para ambos os lados, para 11 linhas de tiro, programáveis e com controle por console ou tablets; subsistema com dois alvos móveis independentes, com deslocamento lateral cobrindo os 13 metros de largura do estande, programáveis e com controle por console ou tablets, para prática de tiro a partir do início da linha de tiro e para prática de progressão tática, conforme descrição/especificações técnicas constantes do Anexo I-A deste Termo de Referência.

1.1.2. A solução destina-se à equipagem do ambiente destinado à prática de tiros em ambiente fechado do novo edifício sede do COT/DIREX/PF, conforme projeto arquitetônico.

1.1.3. As especificações técnicas desses itens foram desenvolvidas por este Comando, conforme estudos e avaliações das necessidades dos operadores do COT/DIREX/PF.

1.2. Poderão participar deste Pregão as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

1.3. A solução deverá ser fornecida por uma só empresa, que será responsável pela integração, segurança e integridade balística do estande de tiro.

1.4. Os quantitativos a serem adquiridos são os constantes do Anexo I-B deste Termo de Referência, no qual se encontram as estimativas do COT/PF.

1.5. Todo o material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG N° 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida instrução.

1.6. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN SLTI/MPOG N° 01/2010, mediante a apresentação de Declaração, reconhecida em cartório, no ato da assinatura do contrato.

1.7. A Contratada deverá adotar, no que couber, as disposições da IN SLTI/MPOG N° 01/2010; da Resolução CONAMA N° 362, de 23 de junho de 2005; da Resolução CONAMA N° 416, de 30 de setembro de 2009; bem como da Resolução CONAMA N° 340, de 25 de setembro de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.

1.8. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

1.9. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme Instrução Normativa nº 112/2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187/2008, ambas do IBAMA.

1.10. O prazo de garantia e assistência técnica dos materiais, contra defeitos de fabricação e funcionamento, deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) meses a contar da data do recebimento definitivo do objeto.

1.11. A empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que forneceu ou está fornecendo, a contento, pelo menos 30% (trinta por cento) do objeto pertinente e compatível com o deste Termo de Referência e seus Anexos, juntamente com o portfólio de soluções similares instaladas por ela.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO
1	Sistema automatizado para treinamento de tiro em ambiente fechado (composto por subsistema de para-balas, subsistema de alvos móveis automatizados, subsistema de alvos rotativos automatizados, subsistema de alvos portáteis, subsistema de defletores balísticos no teto com proteção antirricochete e acústica, e por subsistema de proteção balística nas paredes laterais com proteção antirricochete e acústica)	UNIDADE	01

2. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

2.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

2.1.1. As demandas atuais impostas pelos órgãos que norteiam as ações de polícia, voltadas ao combate à criminalidade, através de diplomas legais editados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, ratificados pelo Ministério da Justiça e pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da portaria interministerial nº. 4.226 de 31 de dezembro de 2010, tem o condão de adequar as polícias a esta nova realidade que aponta para o uso de técnicas e treinamentos mais modernos e adequados, alinhando-se aos princípios constitucionais da legalidade, proporcionalidade, necessidade e conveniência.

2.1.2. Cabe ressaltar que a solução a que propõe o objeto deste termo fará do estande de tiro localizado na Sede do COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS da POLÍCIA FEDERAL, situado à SAIS Área Especial7, Lotes 23/27, Asa Sul Brasília Distrito Federal, Brasil, CEP 70.610-200, CNPJ [00.394.494.0014/50](#), uma referência para centros de treinamentos similares desta natureza, tanto para armas de porte quanto para armas portáteis, equiparando-se tecnologicamente aos melhores e mais bem equipados estandes existentes em países referência no treinamento policial.

2.1.3. A nova sede do COT foi concebida para abrigar em seu subsolo, estande dedicado à prática de tiro com armas de diversos calibres, com 27,40 m de comprimento por 13,00 m de largura, com área total de 405,25m², com 11 linhas de tiro.

2.1.4. O treinamento de tiro é fundamento obrigatório para qualquer órgão policial, mas é prática crucial para unidades de forças de operações especiais, como é o caso do Comando de Operações Táticas – COT, setor responsável por operações de alta periculosidade, sensíveis e de alta precisão dentro da Polícia Federal.

2.1.5. Ademais, uma solução efetiva para o treinamento na área do uso de armas por forças de segurança deve atender a todas as fases do treinamento, portanto deve fundar-se em um sistema que se adeque às técnicas e doutrinas da instituição, permitindo de forma rápida e com baixo custo a adequação da estrutura física a modernização e atualização das técnicas pelo próprio contratante.

2.1.6. As missões das forças especiais se baseiam em soluções de crises, com intervenções rápidas e eficazes, que requerem grande coordenação e reflexos apurados. Para o sucesso dessas missões, as equipes devem praticar à exaustão ações que exigem coordenação, rapidez e precisão. A qualidade do espaço e dos equipamentos, para o devido treinamento e simulações nos mais diversos cenários, são fundamentais para o desenvolvimento das técnicas de tiro.

2.1.7. Deve-se ressaltar que o trabalho de condicionamento de tiro em estandes fechados, proporciona a simulação de diversas condições que não seriam possíveis no estande ao ar livre, que requeiram iluminação controlada, como treinamento em baixa luminosidade, luminosidade zero, ou mesmo com variação de iluminação.

2.1.8. O estande de tiros em ambiente fechado do COT foi desativado por não apresentar condições adequadas de segurança e salubridade, não contendo tratamento acústico, iluminação apropriada, paredes, teto e para-balas balísticos com geometria antirricochete, tratamento de resíduos tóxicos de chumbo nem sistema inteligente de alvos. Tal ambiente será reformado e designado para outras atividades.

2.1.9. Uma análise prévia nos permitiu concluir que, com a construção da nova sede do COT, faz-se necessário o reaparelhamento do complexo, sendo recomendada a modernização de espaço reservado para prática de tiros em ambiente fechado, com aquisição de sistema de melhor qualidade e que atenda aos princípios de segurança e salubridade, com elementos balísticos antirricochete e de eliminação de resíduos de pólvora e chumbo resultantes da deflagração dos disparos de armas de fogo.

2.1.10. Com a instalação do estande de tiro indoor, o COT passará a contar com espaços mais adequados para o treinamento tático de suas equipes, garantindo melhores condições para o desempenho de suas atividades táticas, aumentando a expectativa de sucesso das missões mais exigentes.

2.1.11. Nesse contexto não pode ser ignorado o lado da preservação da vida no sentido mais amplo. Uma solução que não leve em conta a responsabilidade ambiental, comprometendo nosso ecossistema às futuras gerações e gerando problemas de contaminação que depois se tornarão altamente dispendiosos para sua compensação ou recuperação, não devem ser esquecidos, sob pena de responsabilização social e ambiental;

2.1.12. Ante ao exposto, e em razão da possibilidade de múltiplos treinamentos oferecidos, que potencializarão as ações policiais, reiteramos a necessidade de aquisição dos produtos discriminados neste termo, a fim de que a Polícia Federal por meio do Comando de Operações Táticas esteja cada vez mais inserido nas políticas de segurança pública, que se

encaminham para a o uso diferenciado da força e a consequente diminuição da letalidade das ações das forças de segurança pública, maximizando desta forma a segurança das equipes policiais, bem como de toda a população ordeira.

Da justificativa dos elementos técnicos exigidos

2.1.13. Os elementos técnicos descritos neste Termo de Referência e seus Anexos são os mínimos necessários para assegurar que a aquisição se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas e, ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

Da justificativa do quantitativo

2.1.14. Os quantitativos estão representados no Anexo I – B, neste Termo de Referência e foram estimados com base nas demandas do COT/PF, decorrentes das dimensões do espaço construído especificamente para a instalação do sistema automatizado para treinamento de tiro, presentes nas instalações de sua nova sede, inaugurada em 15 de dezembro de 2017, assim como da definição do número de linhas de tiro para o estande. O sistema foi quantificado de forma a proteger balisticamente todas as paredes, fundo do estande, teto, vigas e colunas, visando proteger a estrutura do edifício sede do COT e as vidas dos policiais que estiverem praticando disparos com armas de fogo dentro do estande e as vidas dos servidores que se encontram nos ambientes adjacentes. As dimensões do ambiente, constantes das plantas que servirão de orientação para o projeto, e consequente quantificação exata dos elementos de proteção balística, encontram-se no Anexo I-A.

Da justificativa da modalidade Pregão Presencial Internacional

2.1.15. Devido à peculiaridade do objeto licitado, e por se tratar de uma solução de integração de elementos balísticos que tem por objetivo proteger as instalações prediais do novo edifício sede do COT, mas principalmente proteger as vidas dos policiais que irão praticar atividades de tiro com munições letais de calibres diversos e de alto poder destrutivo, e por se tratar de solução feita sob encomenda, ou seja, poderá apresentar peculiaridades não encontradas em outros estandes em funcionamento no país, entendemos necessária a presença dos representantes legais da empresa integradora, para tirar quaisquer dúvidas sobre detalhes, leiaute, geometria e componentes da solução proposta, o que seria inviável tecnicamente, através de pregão na modalidade eletrônica.

2.1.16. Em virtude do reduzido número de empresas atuantes no Brasil capazes de fornecer a solução de estande de tiros indoor automatizada, e após realização da audiência pública nº 01/2017 – COAD/DLOG/PF, ficou claro que a inclusão de empresas estrangeiras especializadas e com experiência na montagem de estandes de tiros similares seria benéfica para o certame e mais interessante para a administração pública, por gerar expectativa de maior concorrência e, consequentemente, menor preço, sem prejuízo das condições de qualidade, segurança e prazos de entrega estabelecidos por este Termo de Referência.

2.1.17. Por fim, o pregão eletrônico inviabilizaria a participação de empresas estrangeiras uma vez que, para participação nesse tipo de certame, a empresa deverá ter acesso ao sítio eletrônico Comprasnet, sendo que para isso deveria ter cadastro no SICAF. Porém, para realização desse registro no SICAF, a empresa precisaria ter um CNPJ, que só é fornecido para empresas Nacionais.

Da Proposta

2.1.18. A proposta a ser colocada no dia do Pregão deverá ser detalhada, devendo demonstrar quais os valores de cada um dos subsistemas, dos principais componentes, do frete etc. para que haja maior transparência.

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.
- 3.2. A licitação, dessa forma, para a aquisição do objeto deste Termo de Referência, será realizada por meio da modalidade de licitação Pregão Presencial Internacional, do tipo de menor preço global, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.
- 3.3. Conforme previsto no Art. 6º, §1º, do Decreto nº 5.450/2005, a licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica, se mostra inviável por se tratar de solução complexa e que envolve risco à vida no caso de erro de leitura, geometria ou escolha de materiais, e que deverão ser avaliadas e discutidas pessoalmente com os representantes das empresas no momento de apresentação das propostas.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Da Entrega

- 4.1. Os equipamentos deverão ser entregues no Comando de Operações Táticas da Polícia Federal - COT/DIREX/PF, localizado no SAIS Área Especial - Lotes 23/27 - Setor Policial Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200.
- 4.2. O prazo para a entrega dos equipamentos instalados é de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme modelo constante do Anexo III.
- 4.3. Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, conforme as condições e especificações descritas neste instrumento e em todos os seus Anexos, bem como na proposta de preços apresentada, dentro do horário de expediente da Contratante.
- 4.4. A Contratada deverá comunicar, formalmente, a Contratante com 72h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos equipamentos e início das instalações.
- 4.5. O equipamento entregue deverá ser novo, assim considerado o de primeiro uso, e estar devidamente acondicionado e acompanhado da respectiva Nota Fiscal, a qual deverá indicar o número do contrato firmado com a COAD/DLOG/PF.

Dos Critérios de Aceitação

- 4.6. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão designada pelo Coordenador do COT/DIREX/PF, a qual deverá ter como parâmetro as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus Anexos para a avaliação do material recebido.
- 4.7. A comissão deverá proceder ao registro de todas as ocorrências e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, conforme os termos deste Termo de Referência e seus Anexos.
- 4.8. A presença da fiscalização da Contratante não elide nem diminui a responsabilidade da Contratada.
- 4.9. Caberá à fiscalização rejeitar e solicitar a substituição de bens que não sejam comprovadamente novos, assim considerados os de primeiro uso, devendo a contratada efetuar sua substituição em até 72 (setenta e duas) horas.
- 4.10. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pela comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante Termo de Recebimento Provisório assinado pelas partes, no ato da entrega do estande.
- 4.10.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.11. Os bens serão recebidos definitivamente, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceite, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

4.11.1. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Das Características Técnicas

4.13. Os produtos cotados deverão obedecer aos princípios de qualidade, durabilidade e segurança. Caso não haja observância deste item o equipamento ofertado para o item deverá ser desclassificado;

4.14. A solução ofertada deverá ser produto comercial, cujos componentes e subsistemas venham sendo utilizados continuamente em instalações policiais ou militares. A razão dessa exigência é garantir que o equipamento esteja apto ao uso pesado e continuado sem perder sua eficiência mecânica, balística e acústica ao longo dos anos. Portanto, não serão admitidos protótipos.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2. Fornecer os materiais dentro dos parâmetros de rotinas estabelecidos neste Termo de Referência e todos seus Anexos.

6.3. Responder por todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste Termo de Referência e seus Anexos.

6.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

- 6.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamento dos técnicos enquanto perdurar a vigência da garantia, sem qualquer ônus à Contratante.
- 6.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e ao acompanhamento da Contratante.
- 6.7. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 6.8. Dar ciência à Contratante, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do Contrato.
- 6.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto à execução do contrato.
- 6.10. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 6.11. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.
- 6.12. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha a causar durante a entrega e instalação do material (vidros, pisos, revestimentos), assumindo todo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados, conferindo o padrão já adotado pela Contratante.
- 6.13. Entregar os equipamentos nas quantidades e prazos pactuados, de acordo com as exigências e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 6.14. Substituir imediatamente e sem qualquer ônus para a Contratante, o equipamento entregue em que for verificada divergência com as especificações descritas neste Termo de Referência e seus Anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.
- 6.15. Arcar com as despesas decorrentes da entrega do material, bem como da sua devolução, caso não seja aceito pela Contratante.
- 6.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 6.17. Acondicionar o material em embalagem com resistência compatível com o transporte adotado.
- 6.18. Cumprir as disposições do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 6.19. Respeitar as normas e os procedimentos de controle de acesso às dependências da Contratante.
- 6.20. A Contratada deverá, obrigatoriamente, disponibilizar um encarregado para acompanhar a execução dos serviços de montagem, bem como para ser o interlocutor com a Fiscalização do Contrato.
- 6.21. Realizar a entrega do material estritamente de acordo com as especificações, bem como no Edital a que se vincula.
- 6.22. Observar as demais condições constantes do Edital do Pregão, bem como do Termo de Referência, para o perfeito cumprimento deste instrumento.
- 6.23. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados à Contratante, por dolo ou culpa, desde que devidamente comprovada.
- 6.24. Manter, durante a vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, sempre que exigido, os comprovantes de regularidade fiscal.

6.25. Responsabilizar-se pela limpeza do local onde ocorrerão os serviços, recolhendo todos os materiais reaproveitáveis a locais designados pela fiscalização. Nenhum material poderá ser deixado nas áreas de circulação após as 18 horas.

6.26. Providenciar, por sua conta, a remoção diária de entulhos decorrentes dos serviços.

6.27. Recolher, em recipientes apropriados, os materiais considerados como não aproveitáveis e o entulho, os quais deverão ser destinados às instituições credenciadas para coleta seletiva, sob responsabilidade da Contratada, no prazo máximo de 24 horas após a conclusão dos serviços.

6.28. Os serviços de corte para ajuste de peças e componentes do equipamento, com uso de ferramentas que causem ruídos (serra), produzam sujeira, ou emanem fortes odores (cola, pintura), deverão ser feitos em espaço apropriado para tal finalidade, a ser indicado pela fiscalização.

6.28.1. Tal obrigação é decorrente da necessidade de se manter a qualidade do ar condicionado e a normalidade dos trabalhos nos ambientes próximos aos locais sob intervenção.

6.29. Sinalizar ou isolar, conforme o caso, convenientemente o local de trabalho, objetivando dar segurança aos seus funcionários, aos servidores ou a terceiros, adotando todas as medidas de prevenção de acidentes recomendadas pela legislação vigente.

6.30. Fornecer a seus empregados os Equipamentos de Proteção Individual – (EPIs) – requeridos para o desempenho de cada atividade e zelar para que sejam efetivamente utilizados.

6.31. Manter, por sua conta, profissionais para executar a limpeza das áreas onde serão instalados os equipamentos, removendo embalagens, peças e fuligens, de modo a minimizar os transtornos à rotina do COT/DIREX/PF, utilizando todos os instrumentos e produtos básicos necessários para o fim.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Os equipamentos serão solicitados à Contratada pelo COT/DIREX/PF, por meio da emissão de Ordem de Fornecimento – OF, modelo constante no Anexo I-C, deste Termo de Referência, a qual conterá sua especificação e quantidade.

9.2. Após a emissão da Ordem de Fornecimento – OF, pela Contratante, dar-se-á início a contagem do prazo de entrega do equipamento.

9.3. A Contratada deverá apresentar projeto executivo até 45 dias após a assinatura do contrato.

9.4. A execução e montagem dos equipamentos obedecerão rigorosamente:

9.4.1. As normas e especificações constantes no presente Termo de Referência e seus Anexos;

9.4.2. As prescrições e recomendações dos fabricantes;

- 9.4.3. As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
 - 9.4.4. As normas da Contratante;
 - 9.4.5. A Lei n.º 8.666, de 21.06.93;
 - 9.4.6. Leis, normas e regulamentos, inclusive os de segurança pública, de empresas concessionárias de serviços públicos e do Corpo de Bombeiros Militar/DF;
 - 9.4.7. As disposições governamentais legais que forem pertinentes;
 - 9.4.8. Demais condições e/ou exigências contidas no Edital e seus Anexos;
 - 9.4.9. As normas da ABNT, no que couber, e em conformidade com as edições mais recentes.
- 9.5. A empresa contratada deverá, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento - OF, realizar vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços de montagem e instalação dos móveis, para conhecimento das condições ambientais e técnicas dos espaços físicos disponíveis.
- 9.6. O COT/DIREX/PF partirá do princípio de que a contratada está ciente das condições de trabalho e quantitativos estimados. Não serão aceitas, em hipótese alguma, reclamações advindas de dificuldades técnicas não previstas.
- 9.7. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com a Fiscalização, que se encontrará à disposição da empresa, antes da confecção e montagem dos equipamentos.
- 9.8. Para a realização dos serviços de confecção e montagem, será emitida Ordem de Fornecimento à empresa, sendo que o tipo de equipamento a instalar, bem como o respectivo quantitativo, será de acordo com as necessidades da contratante.
- 9.9. Os serviços de montagem dos equipamentos serão executados, preferencialmente, durante o horário de expediente, das 08:00 às 18:00 horas, podendo, a critério do COT/DIREX/PF, ser deslocados para outros horários, noturno ou dias não úteis, caso a sua realização possa acarretar prejuízos ao normal desenvolvimento dos trabalhos da Contratante, sem ônus adicionais ao contrato.
- 9.10. Para fins da execução dos serviços de instalação e montagem, a empresa alocará, nas dependências da Contratante, recursos humanos de seu quadro, nas quantidades mínimas suficientes para a eficiência dos serviços.
- 9.10.1. Quando ocorrer a execução simultânea de instalação e montagem do equipamento em mais de um local, a empresa deverá aumentar a quantidade funcionários, de forma a atender as demandas sem prejuízo dos prazos contratados.
- 9.11. Correrão por conta e risco da empresa a substituição de materiais, peças e equipamentos em desacordo com as especificações e/ou considerados impróprios pela fiscalização do COT/DIREX/PF.
- 9.12. Caso haja a recusa de algum material, peça ou equipamento, por parte do COT/DIREX/PF, a empresa deverá retirá-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 9.13. A execução dos serviços de instalação e montagem deverá seguir, obrigatoriamente, as Especificações Técnicas constantes do Anexo I-A e os Quantitativos do Anexo I-B, constantes em cada Ordem de Fornecimento.
- 9.14. Ocorrendo as alterações de que trata o item 9.13, a Contratada deverá submeter à prévia aprovação do COT/DIREX/PF, orçamento referente aos acréscimos ou supressões de materiais, contemplando os preços unitários cotados na proposta apresentada na licitação ou, se inexistentes estes, os praticados no mercado naquele momento.
- 9.15. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.16. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em

corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.17. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. AVALIAÇÃO DO CUSTO

10.1. O custo estimado total da presente contratação, caso seja feita a licitação, será de R\$ 4.827.166,50 (QUATRO MILHÕES E OITOCENTOS E VINTE E SETE MIL E CENTO E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

10.2. O custo estimado foi apurado a partir de pesquisa de preços, conforme mapa comparativo constante deste processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas do ramo. Ressalte-se que foram realizadas pesquisas no site de preços públicos denominado “Painel de Preços”, sem contudo se obter resultados que atendessem às especificações do objeto deste processo.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 11.1.1. Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. Multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- 11.2.3. Multa compensatória de 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso injustificado no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades;
- 11.2.4. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.5. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.6. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

- 11.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 11.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 12.1. A proposta de preços deverá ser apresentada de forma detalhada, contendo as quantidades de equipamentos requeridos neste Termo de Referência e seus Anexos, com preço unitário e total em moeda nacional, já incluídos os tributos, fretes e todos os demais custos que incidam direta ou indiretamente no seu fornecimento e, ainda:
- 12.1.1. Detalhamento das especificações do equipamento, tais como: marca, modelo, tipo, dimensões, fabricante e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as suas características, bem como as especificações dos serviços executados;
- 12.1.2. Prazos de garantia e de entrega do equipamento, conforme disposto neste Termo de Referência e seus Anexos;
- 12.1.3. Validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias;
- 12.1.4. Número da conta corrente, agência, localidade e nome do banco do fornecedor;
- 12.1.5. Declaração expressa de que o equipamento é novo e de primeiro uso;
- 12.1.6. Declaração expressa se comprometendo a efetuar a substituição em até 45 dias, tendo em vista a eventual importação de material, de todo e qualquer material que durante o período de garantia venha a apresentar defeito;
- 12.1.7. Declaração de que só substituirá materiais, peças e componentes recomendados pelo fabricante.

13. DA VISTORIA TÉCNICA

- 13.1. Será possibilitada aos licitantes uma vistoria nos locais onde serão desenvolvidos os serviços para conhecimento das condições ambientais e técnicas. Ainda que a vistoria não seja obrigatória, os licitantes não poderão usar do argumento de não a terem feito para justificar quaisquer falhas ou omissões em suas propostas, nem para se eximirem de responsabilidades durante a vigência do contrato. Recomenda-se que a vistoria técnica seja efetuada por um técnico especializado no assunto.

13.2. A vistoria deverá ser agendada exclusivamente por meio do endereço eletrônico cot@dpf.gov.br e deverá ser realizada até 5 (cinco) dias antes da abertura da licitação, para que haja prazo para o saneamento de possíveis questionamentos.

13.2.1. Os horários disponíveis para a realização da vistoria serão informados aos licitantes pela área técnica deste COT/DIREX/PF.

13.3. No momento da realização da vistoria, o profissional deverá apresentar documento oficial de identidade acompanhado de comprovante de qualificação profissional, juntamente com uma carta de apresentação da empresa, devidamente assinada pelo representante legal.

13.4. Após a Vistoria Técnica, será emitida a Declaração de Vistoria, assinada pelo responsável da empresa e visada pela Contratante, a qual deverá compor, obrigatoriamente, os documentos de habilitação da empresa por ocasião da licitação, conforme modelo constante no Edital.

14. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2018, a cargo da DLOG/PF, cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

15. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente administrativo da Contratante.

15.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, e legislação correlata.

15.3. Fazem parte deste Termo de Referência:

- 15.3.1. ANEXO I-A – Das Especificações;
- 15.3.2. ANEXO I-B – Dos Quantitativos;
- 15.3.3. ANEXO I-C – Modelo de Ordem de Fornecimento – OF;
- 15.3.4. ANEXO II – Valores Máximos Admissíveis; e
- 15.3.5. ANEXO III – Modelo de Declaração de Vistoria.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2018.

APF Fernando Quelho Kaiser Saliba

Matrícula – 13.678

COT/DIREX/PF

De acordo:

MARCOS FERREIRA DOS SANTOS

Delegado de Polícia Federal

Coordenador do COT

Aprovo, conforme art. 9º, II § 1º do Decreto 5.450/2005 o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas bem como estimativa de custos da contratação:

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

Delegada de Polícia Federal

Diretora Executiva



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO QUELHO KAISER SALIBA, Agente de Polícia Federal**, em 07/11/2018, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS FERREIRA DOS SANTOS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 07/11/2018, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SILVANA HELENA VIEIRA BORGES, Diretora Executiva**, em 07/11/2018, às 18:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8890523** e o código CRC **714F3C17**.